

Policiais de 25 países usam câmera corporal em serviço



Policial militar com câmera na farda no Rio de Janeiro

Com regras variadas, policiais de ao menos 25 países usam câmera corporal

Estudos apontam que autonomia do policial para gravar pode prejudicar eficácia da tecnologia

SÃO PAULO, 19 DE DEZEMBRO, 2023. As polícias de ao menos 25 países utilizam câmeras corporais que registram suas ações em serviço. Ao redor do mundo, a discussão sobre o uso do equipamento tem variado entre o otimismo e as incertezas em relação aos resultados.

Pesquisas apontam para uma grande variação na eficácia da tecnologia para cobrir casos de violência — praticada por e contra agentes de segurança — e aumentar a produtividade no atendimento a ocorrências e gerar confiança na polícia. O movimento de liberdade das regras para o uso de equipamentos, como a autonomia do policial para acionar a gravação, e o acesso público às imagens e como elas devem ser manuseadas durante uma investigação.

Enquanto no Brasil há estudos que apontam o acionamento da câmera automática, caso de Santa Catarina, em países como Reino Unido, Estados Unidos e França isso é diferente. Na maior parte dos departamentos, os policiais acionam a gravação manualmente.

Na Europa, o equipamento e o uso do equipamento não é reduzido a letalidade policial. O foco é melhorar o serviço prestado pelos agentes de segurança à população. Em vez disso, a polícia de Londres adota as câmeras para todos os policiais que trabalham em contato com o público.

Além de proteger os policiais e servir como evidência, a introdução da câmera corporal na Alemanha teve uma justificativa extra. Como aumento o número de cidadãos que começaram a filmar as ações policiais com o celular, o equipamento da corporação passou a servir como um contraponto a possíveis edições maliciosas do conteúdo.

Na Índia, a violência contra policiais durante protestos serviu de pretexto para dar início ao uso de câmeras corporais, mas há receio de que o aparelho possa ser usado para encobrir manifestações políticas.

Em Hong Kong, onde os testes começaram em 2013, as câmeras foram implantadas amplamente a partir de 2017. Uma das justificativas

Câmeras corporais no mundo



Países onde há uso de câmera corporal pela polícia

- Albânia, Austrália, África do Sul, Canadá, Chile, China, Colômbia, Itália, Finlândia, Índia, Emirados, Arábia Saudita, Espanha, EUA, França, Reino Unido, Países Baixos, Suécia, Uruguai, Taiwan, Japão, Singapura, Filipinas, Brasil

Implementado há menos de um ano

- África do Sul, Índia, Portugal

Portugal já iniciou implementação com Polícia Marítima. Índia ainda deve iniciar projeto piloto nas cidades. Polícia Brasileira de Segurança Pública, PMSB, DESEC, Departamento de Polícia de Nova York, Polícia Metropolitana de Londres, Departamento de Polícia de Paris.

Essas tecnologias vieram para ficar. Em outros países, não se discute abandonar esse recurso. Na Europa e nos EUA estão investindo pesadamente nisso porque, em todo o espectro de tecnologia, e principalmente tecnologia de imagem, o custo era absurdo e diminui a cada ano

Leandro Piquet Carneiro, coordenador da Escola de Segurança Multidimensional da USP

o uso de câmeras corporais constata que a maior parte das pesquisas não demonstrou efeitos consistentes ou estatisticamente significativos", afirmou Instituto Nacional de Justiça dos EUA, braço do Departamento de Justiça americano voltado para avaliação de políticas públicas. Segundo o órgão, uma análise do impacto do uso das câmeras dependeu de dois estados.

No Brasil, levantamento da FGV (Fundação Getúlio Vargas) apontou redução de 27% nas mortes por intervenção policial nos batalhões da PM de São Paulo entre 2021 e 2022, em comparação com as unidades que não usavam o equipamento. Já em Santa Catarina, pesquisa por universidades do Reino Unido e pela PWC (PricewaterhouseCoopers) apontou queda de até 6% no uso de força pelos agentes de segurança.

Em lugares onde o uso excessivo da força é central no debate público, há maior preocupação com brechas nas regras e com o risco de que as câmeras não sejam usadas como mandam os protocolos.

É o que pode ter ocorrido em 30 de julho do ano passado em Guarujá, no litoral paulista. Imagens de uma câmera corporal mostram que, às 7h45 da tarde, o sargento da PM Eduardo de Freitas Araújo apontou um fuzil em direção a porta de um barraco. Na ação, um homem que estava dentro do imóvel faleceu no momento do tiro — apenas o fuzil do policial e a porta. O suspeito morreu em um hospital em depoimento que o policial gravou "brega a arma" para o suspeito.

A cena, porém, não tem fim. A defesa dos policiais afirma que as câmeras "estão em modo oculto" ou, seja, por descuido, não foram acionadas para o modo vídeo. O "recall" é um tipo de gravação armazenada em baixa qualidade e sem som, destinada a situações corriqueiras quando envolvem perigo.

Para passar de "recall" para "vídeo", o próprio PM precisa apertar um botão. As diretrizes da PM exigem que isso seja feito em qualquer operação policial ou abordagem,

Exemplos de regras do uso das câmeras

SÃO PAULO

Acionamento da câmera. Para ser em vídeo em alta qualidade, e feito manualmente pelo próprio policial, o protocolo exige acionamento durante a operação ou abordagem.

Armazenamento de imagens. Vídeos de rotina, por 3 meses; vídeos intencionais, por 1 ano.

Acesso ao policial. Quem usa as câmeras pode rever vídeos intencionais por aplicativos, superiores podem auditar procedimentos.

Acesso de terceiros. Acesso é garantido a justiça, defesa de acusados, Ministério Público e outras polícias, mas não há protocolo com regras claras sobre prazos e critérios de autorização.

NOVA YORK. Acionamento da câmera. Manual, pelo próprio policial, durante operação ou abordagem.

Armazenamento de imagens. Por 18 meses, a não ser em caso de prisão e outros incidentes críticos.

Acesso ao policial. Casos com crimes e mortes podem ter restrições de acesso ao policial; o acesso é permitido em casos rotineiros.

Acesso de terceiros. Cidadãos podem pedir acesso, e a polícia pode negar em algumas circunstâncias.

para que a ocorrência seja gravada com qualidade total. O caso gerou a primeira denúncia criminal contra policiais da Operação Escudo, que teve 41 mortos e é a ação mais letal da PM paulista desde o massacre do Carandiru. A operação tem sido elogiada por especialistas brasileiros como um exemplo de que a câmera, sozinha, não resolve o problema da violência policial.

Neste caso, contudo, o vídeo foi o principal elemento da acusação. Para a defesa dos policiais, o argumento parte "de análise equivocada dos fatos, não havendo razões jurídicas para que as acusações prosperem".

No Brasil, ao menos oito estados têm PMs que usam câmeras na farda: São Paulo, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima, Rondônia e Santa Catarina. O Paraná deve iniciar seu programa em fevereiro. E o Ministério da Justiça elaborou um projeto de lei que busca instituir o uso das câmeras pelo país.

Em São Paulo, há dúvidas sobre a continuidade do uso das câmeras pela PM. O governador Tarciso de Freitas (Republicanos) declarou, em dezembro, que os equipamentos não teriam finalidade para a segurança dos cidadãos e renovou o contrato do programa apenas até junho. O orçamento federalizado, e um embaque havia mostrado o impacto das câmeras foi descontinuado.

Não há problema de desenho do programa, e sim de supervisão da tropa, diz a advogada executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Samira Bueno, que estudou o programa paulista. As câmeras da PM de São Paulo têm uma particularidade: são programadas para filmar durante todo o turno, enquanto a maior parte do mundo é o próprio policial quem decide quando gravar.

Os estudos mostram que os policiais acionam a câmera, em média, em só um terço das ocorrências, em várias polícias nos Estados Unidos, no mundo todo, diz Samira. Em Santa Catarina, inicialmente, a gravação se iniciava automaticamente após policiais comarcarem ocorrências ao centro de controle da PM. Houve restrição da categoria ao sistema, mas o Tribunal de Justiça do estado diz que essa deve ser a regra.

Agravação adicional apenas por decisão do policial, e a regra no mundo. Há outros modelos: em Louville, no Kentucky (EUA), por exemplo, isso ocorre quando a arma do policial é retirada do coldre.

O custo dos programas é diretamente relacionado ao método de acionamento das câmeras. Quanto mais graváveis, mais espaço de armazenamento nos bancos de dados será necessário. Em São Paulo, o gasto foi de R\$ 1 milhão por mês no ano passado.

O acesso às imagens por policiais sob suspeita é outro aspecto crítico, dizem os especialistas. Em São Paulo e Santa Catarina, esse acesso é permitido. Os PMs podem ver as imagens das próprias câmeras por meio de um aplicativo de celular.

"Essas tecnologias vieram para ficar", diz o professor Leandro Piquet Carneiro, coordenador da Escola de Segurança Multidimensional da USP. Ele foi um dos coordenadores de um estudo que mostrou queda nas mortes de policiais e de suspeitos em São Paulo nos batalhões que usam tecnologia. Outras pesquisas com a PM paulista chegaram a conclusões semelhantes.

Em outros países, não se discute abandonar esse recurso. Na Europa e nos Estados Unidos estão investindo pesadamente nisso porque, em todo o espectro de tecnologia, e principalmente tecnologia de imagem, o custo era absurdo e diminui a cada ano", diz o professor Tullio Kruse, Fernando Portia, Ivan Tinotti e Nelson de Sá

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano Caderno: B Pagina: 1